

Linguística Indo-Europeia Tradicional  
e Paradigma da Continuidade Paleolítica  
Cara a Cara

Xaverio Ballester



**Título original:** *Lingüística Indoeuropea Tradicional y Paradigma de la Continuidad Paleolítica Cara a Cara.*

© Apenas Livros Lda.,  
Xaverio Ballester

Al. Linhas de Torres, 97, 3º dto.  
1750-140 Lisboa  
Tel/fax 21 758 22 85  
geral@apenas-livros.com

Depósito legal nº 296702/09  
ISBN: 978-989-618-252-6  
1ª edição: 250 exemplares  
Julho de 2009  
Publicação nº 362

Tradução de Gabriela Morais  
Revisão de Luís Filipe Coelho

Colecção TEORIA DA CONTINUIDADE PALEOLÍTICA, 5  
**Dirigida por Xaverio Ballester**  
**Universidade de Valência**  
**www.continuitas.com**

**www.apenas-livros.com**

LINGUÍSTICA INDO-EUROPEIA TRADICIONAL  
E PARADIGMA DA CONTINUIDADE PALEOLÍTICA  
CARA A CARA

As línguas não existem sem falantes, e os falantes, sem comunidades sociais; em suma, não existem sem comunidades humanas. Historicamente, uma grande parte da tradição linguística ocidental esqueceu-se desse pormenor tão importante e, assim, considera-se — de modo generalizado em alguns sectores linguísticos — que as línguas são entidades autónomas, em boa parte independentes dos seus falantes, de onde, segundo essa mesma tradição linguística, a legitimidade de estudar as línguas por si mesmas e sem levar em conta, ou levando apenas em conta, os seus falantes e as suas comunidades. Ainda não há muito tempo Mario Alinei [*Figura 5*], num artigo memorável, denunciou o mito da *reifificação* da linguística do passado século XIX, ou da crença de uma existência real e autónoma das línguas, sem que os falantes tivessem sobre elas qualquer incidência relevante; um mito de «consequências teóricas devastadoras»<sup>1</sup> (2004: 203). Em nossa opinião, duas destas

**consequências devastadoras**

foram, em primeiro lugar, a prática de considerar a Linguística uma disciplina asséptica, bastante hermética, quase *autista*, em que as investigações sobre a língua deviam resultar e realizar-se independentemente dos resultados obtidos nas investigações de outras disciplinas que tratavam, directa ou indirectamente, de comunidades humanas; em segundo lugar, no momento de ligar ou de enquadrar os resultados das outras disciplinas com os resultados obtidos na investigação dos próprios linguistas, estes, tradicionalmente, não se preocupavam com a necessidade de submeter os seus resultados aos dessas outras disciplinas, nem sequer no caso de uma ampla e sólida convergência entre elas, porque de modo natural assumiam que eram os demais campos de estudo e os investigadores das outras áreas que deviam

acomodar os seus dados e resultados aos linguísticos; assumiam que eram os outros investigadores que deveriam ajustar, mais tarde ou mais cedo, os seus próprios dados e resultados aos resultados obtidos pela Linguística, considerados, assim, como resultados pouco menos que infalíveis.

Esta devastadora concepção autista e hegemónica teria tido provavelmente a sua origem na circunstância — de facto do século XIX — de a Linguística ter nascido como disciplina científica muito antes de um bom número de outras disciplinas contíguas, como claramente foram a Antropologia ou a Arqueologia, dado que estas novas disciplinas, ao surgirem, encontraram-se perante um *corpus* doutrinal já estabelecido em matéria linguística, tal como, por sua vez, também a Linguística se tinha encontrado, no momento da sua emergência como nova ciência, com um *corpus* doutrinal já estabelecido em matéria histórica, por exemplo, onde — para citar um exemplo tão pertinente como malicioso — se acreditava que o mundo tinha uma antiguidade de poucos milhares de anos, de acordo com os dados que, na tradição ocidental, se queriam extrair da leitura dos textos sagrados da *Bíblia*.

Ora dessa devastadora concepção dos estudos linguísticos nasceu a denominada *Linguística indo-europeia* de recorte tradicional, quase um sinónimo da chamada *Gramática Histórica Comparada*. Disciplina à qual é de justiça atribuir enormes méritos, tais como o de estabelecer uma relação antiga — ou de parentesco, na já *démodé* linguagem daquela época — entre importantes grupos linguísticos da Ásia e da Europa (anatólios, arménios, bálticos, célticos, germânicos, helénicos, indo-iranianos, itálicos, etc.), ou também o de desenvolver numerosos protocolos metodológicos; mas é igualmente uma disciplina em que se deve denunciar o citado *pecado original* de ser filha de uma época, logicamente, com os seus próprios preconceitos científicos. Com efeito, já em 1816, o mogunciano Franz Bopp [*Figura 1*], tido por muitos como o pai da Linguística indo-europeia, tinha começado a publicar a sua obra *Sobre as Conjugações do Sânscrito Comparadas com as do Grego, Latim, Persa e Germânico* (*Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache*), considerada uma das peças fundadoras e — com não menos razão — fundamentais da nascente Linguística indo-europeia.

O emblemático trabalho de Bopp antecedeu a publicação de uma obra não menos exímia, nem menos famosa e, sobretudo, não menos transcendente, pois 43 anos mais tarde apareceria

### **um paciente inglês**

ou o que é o mesmo: Charles Robert Darwin [*Figura 2*] que, em 1859 (=1983), publicaria a sua *Origem das Espécies* (*The Origin of Species*), dando um *estirão* de milhões de anos de vida ao nosso planeta. Assim, o problema de fundo da Linguística indo-europeia tradicional e, atrevo-nos a dizer, da própria Linguística tradicional é seguramente nunca ter incorporado na sua base doutrinal as achegas revolucionárias que, entre outros aspectos, mas principalmente em matéria de cronologias, o tal Charles Robert realizou. A Linguística indo-europeia – ou seja, o *navio-almirante* de todas as linguísticas – nasceu como uma disciplina pré-darwiniana e assim continuou a viver praticamente até aos nossos dias e, provavelmente, vai continuar a viver para a maioria – indo-europeístas ou não – dos autores actuais.

Ora na Linguística indo-europeia, como em muitos outros campos de estudo relacionados com a história, o tempo é o factor determinante, básico e essencial e não será de estranhar que, por acaso, segundo o denominado *Paradigma da Continuidade Paleolítica*, a mais essencial e básica das premissas se relacione directamente com uma retrodatação das cronologias tradicionais para a coisa indo-europeia: «o aspecto mais inovador da investigação que apresento neste livro radica no aumento da cronologia»<sup>2</sup>, escrevia Mario Alinei, como emblemático *incipit* da sua obra, também fundadora e fundamental (1996: 7). Este paradigma da *retrodatação* paleolítica vem sendo defendido por um conjunto de estudiosos oriundos de diversas disciplinas e que, de uma maneira ou de outra, têm impugnado a explicação tradicional da comunidade linguística indo-europeia, explicação esta que concebe a existência dessa comunidade como resultado de invasões expansionistas, na Idade dos Metais, a partir das estepes pânticas, ou ainda, segundo vários autores, de outros locais da Eurásia, explicação que, durante mais de cem anos, não conheceu outro desafio se não o da proposta alternativa de apresentar a extensa distribuição das línguas indo-europeias da época antiga como resultado essencial da dispersão paci-

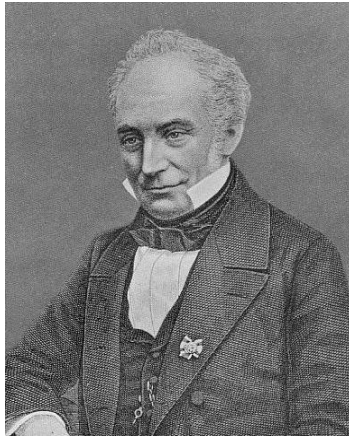
fica de agricultores a partir da Anatólia — mais ou menos a actual Turquia —, cujo notável aumento demográfico originou o processo de neolitização de grande parte da Eurásia.

Não é, contudo, a impugnação cronológica a única reivindicação dos autores *continuistas*: outra das suas hipóteses principais é a necessidade de fazer convergir os resultados de todas as disciplinas envolvidas nesta área de estudo, necessidade cada vez mais urgente, tendo em conta de que é cada vez maior o abismo que separa os contributos da Linguística indo-europeia tradicional dos contributos, compatíveis entre si, das outras disciplinas. Tal como há poucos anos lamentava Villar [(& Prosper) 2005: 44]: «A Linguística indo-europeia vai-se fechando cada vez mais sobre si mesma e fica surda e cega perante o que acontece em seu redor. Desprezando ou ignorando o progresso que se realiza no campo das ciências, mantém-se imperturbável, repetindo invariavelmente, desde há séculos, as mesmas respostas»<sup>3</sup> e, tendo em conta as actuais e enormes divergências verificáveis a partir de uma perspectiva interdisciplinar, este autor propunha, como única atitude científica possível, «colocar provisoriamente em questão as teorias tradicionais sobre a história dos Indo-europeus»<sup>4</sup> (2005: 84).

Assim sendo, reclamamos a necessidade de tornar conciliáveis os resultados da Linguística indo-europeia com os da Antropologia, Arqueologia, Botânica, Climatologia, Etnografia, Genética, Geografia, História, etc. — *id est*: com todas as disciplinas científicas de um modo ou de outro envolvidas nos estudos sobre as línguas e as suas comunidades de falantes — e conciliáveis também com... a própria Linguística que, como se veria mais tarde, conheceu pressupostos teóricos e propostas metodológicas muito para além do tão limitado horizonte que oferecia a oitocentista Gramática Histórica Comparada que, como o nome indica, deixava de lado, por exemplo, o aspecto capital da gramaticalização para se concentrar na gramática, desprezava o pré-histórico — isto é, pelo menos 90 por cento da nossa vida biológica enquanto espécie de *homines loquentes* — para se concentrar no histórico e limitava-se a comparar-se a si mesma, omitindo, portanto, a relevância dos dados provenientes dos outros conjuntos linguísticos diferentes do indo-europeu. Continuava-se, assim, de maneira mais ou menos consciente, a trabalhar com o modelo do *Génesis* bíblico, segundo o qual só uma geração, a de Adão e Eva, tinha vivido do oferecido pela

natureza, *id est*, como *paleolíticos* caçadores-recolectores, enquanto todas as gerações sucessivas a partir do agricultor Caim e do pastor Abel teriam já vivido *neoliticamente* do seu trabalho sobre a natureza.

De facto, as mais inovadoras propostas linguísticas têm, por exemplo, impugnado como irreal, perversamente irreal, o modelo tradicional da *árvore genealógica* nas evoluções linguísticas e com o qual, *uelis nolis e* consciente ou inconscientemente, se continua a trabalhar na maioria das perspectivas que se dedicam à linguística diacrónica ou histórica, modelo, segundo o qual, do *tronco* comum de uma língua *mãe* — neste caso, o indo-europeu — se teriam originado, por sucessivas separações ou ramificações — neste caso, as anatólias, arménias, bálticas, célticas, germânicas... —, as respectivas línguas *filhas*. Pelo nosso lado, tem-se insistido por mais de uma vez na crítica ao modelo linguístico de análise baseado na tradicionalmente denominada *família* linguística, no sentido de que a concepção metafórica das línguas enquanto *árvore genealógica* é totalmente improdutiva e apenas dá origem a distorções e a fraudes.



**Pai fundador** — Franz Bopp (Mogúncia 1791–867) é considerado um dos grandes pais da Linguística indo-europeia. A sua obra *Sobre as Conjugações do Sânscrito Comparadas com as do Grego, Latim, Persa e Germânico*, começada a publicar a partir de 1816, é tida como um dos pilares dos estudos indo-europeus. Bopp descreveu — provavelmente com razão — a pré-língua indo-europeia como contendo um vocalismo básico /a i u/ [Figura 1].

Às perversões propiciadas pelo modelo teórico da árvore genealógica podem somar-se as propiciadas pela aplicação de outro dos sacrosantos princípios — e não menos irreal e absurdo — da linguística indo-europeia tradicional, a saber: a crença numa velocidade estável nas mudanças linguísticas, modelo que poderíamos chamar de *velocidade de cruzeiro* e segundo o qual as línguas, como organismos quase vivos e autônomos — outra devastadora consequência da reificação linguística — teriam uns períodos fixos de nascimento, evolução e morte.

Um dos argumentos mais ilustrativos contra estes dois modelos operativos da linguística tradicional é o argumento, por absurdo, apresentado por dois linguistas, tão importantes como Dixon e Aikhenvald (1999: 16): «Crê-se que os seres humanos falem há pelo menos 100 000 anos [...] Considere-se a família indo-europeia, que conta modernamente com umas 100 línguas e para a qual se calcula uma antiguidade de cerca de 6000 anos. Teria havido cerca de 17 períodos de 6000 anos, em 100 000 anos. Se uma língua dá origem a  $10^2$  descendentes em 6000 anos, então para 100 000 anos daria lugar a  $10^2 \times 17 = 10^{34}$ , ou

### 10 000 milhões de quatrilhões

de línguas. Mas quantas línguas existem hoje no mundo? Cerca de 5000 ou 6000. Tudo isto nos convida a recolocar a ideia de que o modelo da árvore genealógica de diversificação linguística não seja o padrão universal para a evolução linguística»<sup>5</sup>.

E convida-nos também, acrescentamos nós, a recolocar a ideia de que o modelo da velocidade de cruzeiro não seja o padrão universal para a evolução linguística, pois, se o ajustarmos à realidade, no mundo e em toda a sua história, teria havido maior número de línguas do que, provavelmente, de seres humanos. Mas há mais: se, inclusivamente, aceitássemos a ficção de que as línguas têm inexoravelmente de mudar, ninguém poderia assegurar-nos de que a média do ritmo de mudanças, que estivesse estatisticamente registada para as línguas históricas, teria de ser igual ou parecida ao *ratio* das línguas proto-históricas ou, mais tendenciosamente, ao das línguas antropológicas ou *anistóricas*, aquelas em cujas culturas se percebe uma certa estabilidade cíclica, mais do que uma linearidade evolutiva. Teoricamente e *a priori*, as línguas pré- ou proto-históricas poderiam ter mudado mais



rápida ou mais lentamente. Ora bem, o princípio mais básico que rege o ritmo evolutivo das línguas parece ser o do grau de estabilidade do ambiente da sua comunidade de falantes. Advirta-se que empregamos intencionalmente o termo *ambiente* num sentido muito amplo, incluindo tanto os aspectos que podem considerar-se externos ao homem, isto é, culturais, económicos, geográficos, sociais... quanto os que, embora com eventuais manifestações externas, são sobretudo produto do seu pensar e sentir, tais como os ideológicos, psicológicos, religiosos... De modo que, se esse ambiente não se transformar na sua essência, não haverá motivos para se esperarem alterações linguísticas drásticas, mas se o ambiente mudar drasticamente, então podemos esperar mudanças linguísticas também drásticas, especialmente se houver mudanças no ambiente estritamente linguístico, quer dizer, se houver mudanças de línguas, visto que se insiste ser sobretudo o contacto aloglótico o único factor que provoca um afastamento ou uma mudança realmente qualitativa no decurso de uma tradição linguística, a ponto de poder considerar-se interrompida essa tradição e falar-se de uma nova língua, já que o outro grande factor que pode fazer mudar as línguas, a repentina mudança de ambiente não-linguístico, se não for por meio do contacto aloglótico, não comporta automaticamente um afastamento significativo da tradição, mas apenas, e normalmente, uma aceleração na mudança linguística, isto é, um maior acúmulo de evoluções, sobretudo de transferências semânticas.

Assim, aparentemente, a principal razão motivadora da mudança linguística, será, no fundo, a necessidade darwiniana de se adaptar ao ambiente, de modo que se este, por qualquer razão, sofrer grandes mudanças, a língua também as sofrerá, ao passo que, se o ambiente for estável, a língua também o será. Consideração que naturalmente não era de esperar que fosse aceite pela Linguística da época pré-darwiniana, mas sim na que se seguiu à obra de Darwin, pelo que é de lamentar que tal perspectiva não tenha sido integrada nos estudos de linguística pela maioria das várias correntes ou escolas. A obra de Robert Dixon [*Figura 6*] foi uma notável excepção. Para este autor, as línguas teriam evoluído muito lentamente nos períodos denominados de *equilíbrio* — as «mudanças num período de equilíbrio seriam relativamente pequenas»<sup>6</sup> (1997: 70) — e muito rapidamente nos períodos denominados de *interrupção* do equilíbrio. Além disso, os períodos de

equilíbrio seriam grandes, e os de interrupção, breves (Dixon 1997: 4, 67). Sempre segundo Dixon (1997: 5 y 70-1), nos períodos de equilíbrio predominariam, enfim, a difusão e a área linguísticas, tendendo-se para a convergência, enquanto nos períodos de interrupção predominariam a herança e a *família* linguísticas, tendendo-se para a divergência.

Definitiva e evidentemente, como aponta Krantz (1988: 184), «é bem possível que a mudança linguística, nas épocas primitivas, tenha sido um fenómeno de muito maior lentidão do que o foi mais recentemente. A maioria das mudanças culturais segue este mesmo quadro»<sup>7</sup>, visto que, como é sabido, os últimos milénios se caracterizaram por uma progressiva aceleração em praticamente todos os aspectos das várias transformações – culturais, ecológicas, económicas, ideológicas, sociais, tecnológicas, etc. – que afectaram as nossas sociedades. Enquanto no Paleolítico foi preciso esperar milénios para, por exemplo, se acrescentar mais um dente ao arpão, nas sociedades modernas passou-se do vídeo ao DVD em poucos anos. De facto, segundo o próprio Dixon (1997: 3), «durante a maior parte da história da humanidade teria havido uma situação de equilíbrio»<sup>8</sup>. Consequentemente, as línguas teriam mudado muito lentamente durante a maior parte da evolução humana. Contudo, como os últimos 2000 anos da nossa história surgem caracterizados por uma espectacular interrupção do equilíbrio (Dixon 1997: 4), espectaculares teriam sido também as *interrupções* na evolução das línguas durante este período. Em suma, em matéria evolutiva ter-se-á de contar não só com uma economia, mas também com uma

### **ecologia das mudanças linguísticas.**

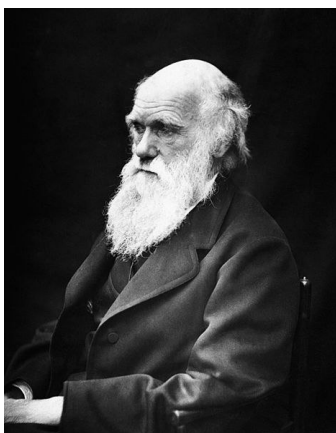
Portanto, as línguas manifestam-se como entidades basicamente ecológicas, de modo que, para elas, o importante encontra-se na relação de dependência com o seu ambiente. A língua, sendo essencialmente um tipo de instrumento social e cultural, também nos ajuda, tal como muitos outros órgãos ou capacidades humanas, a adaptar-nos ao ambiente. De certo modo, a «língua é uma adaptação para partilha de informação»<sup>9</sup> (Pinker 1998: 117). Tal como Dixon (1997: 1) apontou também: «Uma língua não existe no vazio, constituindo afinal um instrumento para a comunicação dentro de uma comunidade [...] Uma teoria integradora da evolução linguística deve ter em atenção o *modus vivendi* da comuni-

dade»<sup>10</sup>. A língua não é, pois, uma *estrutura* que ande como um coelhinho de pelúcia, graças a uma bateria e independentemente do homem, mas sim o que o acompanha nas suas manifestações sociais, pois, como já sublinhava ultimamente Tovar (1997: 29), «o “viver” de uma língua não se diferencia dos outros aspectos da cultura»<sup>11</sup>.

Portanto, as línguas não fazem parte da genética, mas da ecologia, são uma adaptação ao meio ambiente. Em definitivo, as línguas adaptam-se ao meio ou ao ambiente em geral, o que também inclui todas as relações humanas e sociais que sejam necessárias. As línguas estão tão expostas à difusão quanto a herança, a qual se verifica na realidade em termos também de difusão, só que cultural, vertical e diacrónica, de ascendentes para descendentes, mas não estritamente em termos genéticos. O que motiva as línguas é a necessidade. E como artefacto essencialmente cultural — não genético — a língua está aberta à difusão cultural (Dixon 1997: 19). Em definitivo, parece que determinados aspectos de uma dada língua só podem, por vezes, ser explicados — para nos entendermos — a partir de fora da língua e que, portanto, o princípio estruturalista, e de outras tantas escolas formalistas, de que a língua é uma *estrutura* ou uma espécie de «sistema onde tudo está interrelacionado» (*systeme où tout se tient*), na conhecida expressão estruturalista, é radicalmente falso, e muito perigoso o seu epígono extremista de que a língua pode e deve, até, ser analisada sem nenhum complemento exterior, partindo apenas de si mesma.

As provas que poderiam reivindicativamente aduzir-se em prol de uma linguística ecológica são quase infinitas, se, por exemplo, se atender simplesmente à relação entre léxico e ambiente. Talvez a mais visível e ilustrativa vinculação entre língua e ambiente se manifeste nas características léxico-semânticas que cada língua apresenta e nas quais é frequentemente fácil de perceber a (ainda) vigente adaptação que esta exhibe em relação ao ecossistema ou às condições económicas ou sociais onde aquela se manifesta. O léxico iupique, por exemplo, inclui termos tão próprios da cultura e ecossistema dos Esquimós do Alasca, quanto *qamigartuq*, «vai caçar focas com trenó pequeno e canoa, na Primavera», ou *qatnguq*, «meio filho por relação tradicional de empréstimos de esposa» (Mithun 2001: 37). Para nós, esta *microsemia* ou superespecialização semântica dos citados termos iupiques contrasta com o que consideramos, nestas mesmas falas, a *megassemia*, ou a imprecisão

semântica de *ella* «exterior-clima-mundo-universo-sentido-consciência» ou de *qelta* «escama-crosta-casca-pele» (Mithun 2001: 37). Parece também legítimo e até inevitável pensar-se que é a concepção tradicional do fígado (*\*pyñi*) como sede das emoções nos povos de falas tupis-guaranis, o que poderia explicar a particularidade de que em várias dessas línguas «aparece um bom número de construções, todas com o morfema *\*pyñi* [...] para expressar sentimentos»<sup>12</sup> (Jensen 1999: 160), assim como verbos, tais como ‘duvidar’, ‘planear’, ‘ter coragem’, ‘ser feliz’, ‘divertir-se’, ‘esquecer’, ‘temer’, ‘amar’, ‘sentir nostalgia’, ‘pensar’.



**O inglês paciente.**— Charles Robert Darwin (Shrewsbury 1809–82), para muitos o maior cientista de todos os tempos, era um garoto de 7 anos quando a Linguística indo-europeia, graças à *fundadora* obra de Bopp, começava a consolidar-se como uma — prestigiosíssima e influentíssima — disciplina científica. Então o mundo era ainda jovem, então o mundo ainda não tinha envelhecido [Figura 2].

Naturalmente, para muitos indo-europeístas tradicionais, a morfologia termina, e legitimamente só pode terminar, em ‘alargamentos’, ‘temas’ ou ‘raízes’, mas, para nós, isso parece-nos um horizonte expli-

cativo insuficiente e preferimos, com Charles Darwin e contra tantos linguistas formalistas, continuar a defender que, por princípio e principalmente, deve ser estudado

### **não o homem a partir da língua, mas a língua a partir do homem**

e que — por uma linguística antropológica! — haverá ocasiões em que tem de recorrer-se a factores tão humanos como o ideário de uma comunidade. Assim, por exemplo, antes de conceber tratamentos fonéticos especiais para entender a tendência dos judeus argentinos de Tucumán para dizer *Dio* em vez de *Dios* — aparentemente para não violar o seu estrito monoteísmo e distanciar-se da pluralidade da Trindade cristã (Cohen 1999: 79) —, ou antes de conceber arrevesadas hipóteses morfológicas para explicar porque é que, em algumas classes nominais das línguas bantas, os termos para ‘cego’, ‘feiticeiro’ e ‘chefe’ não se aplicam à classe de seres humanos, mas à de animais — aparentemente porque por alguma razão são considerados uma espécie de *humanos* tão especiais como os animais (Palmer 2000: 161 e 164–6) —, ter-se-á de ir mais além do muitas vezes incompleto horizonte da própria língua.

A esse respeito, poderiam ser aqui muito ilustrativas estas três contundentes frases do mestre Giuliano Bonfante (1986: 245) [*Figura 4*]: «a língua é expressão do pensamento e do comportamento [...] não entenderá os problemas da língua quem não entender os problemas do pensamento e do comportamento»<sup>13</sup>, ou «A língua, realidade histórica, nunca pode ser entendida sem uma profunda compreensão da historia e das transformações das ideias humanas ao longo do tempo»<sup>14</sup> (1986: 196) e «A língua [...] não segue qualquer lógica sem mais nada, abstracta e filosófica; reflecte antes a parte sentimental, poética e emotiva da alma; pode ser interpretada a partir da psicologia, não a partir da lógica; tem as suas raízes muito mais na parte subconsciente, irracional, infantil e poética da nossa psique, do que na lógica, racional, consciente ou filosófica»<sup>15</sup> (1986: 178).

Outra consequência relevante das novas propostas é a transcendente reivindicação da discronia entre língua e outras manifestações socio-culturais, tornando-se agora evidente que a língua pode e deve ser um elemento muitíssimo mais longo e, em condições propícias para isso,

muito mais estável do que outros atributos culturais, tais como, notoriamente, a religião ou o modelo económico de subsistência. Assim, temos vindo a defender que outro dos maiores erros da linguística histórico-comparada do século XIX, da linguística tradicional, foi o de querer sintonizar e sincronizar, sem mais e de um modo geral, línguas com civilizações ou culturas, algo, apesar de tudo, desculpável no contexto pré-darwiniano e, portanto, *microcrónico*, por assim dizer, no que se fund(ament)ou a Linguística indo-europeia, mas algo que já não é defensável, bem pelo contrário muito atacável, no que respeita às obras dos indo-europeístas produzidas na pós-revolução darwiniana. Assim, devido a essa tradicional inércia — consciente ou muitas vezes inconsciente — de considerar históricos todos os acontecimentos, ao pressupor que anteriormente só havia seres e culturas *antediluvianas*, isto é, selvagens, incapazes até de falar e sem nenhum tipo de comunidade minimamente organizada, continua ainda a acreditar-se, por exemplo, que, como a cultura céltica clássica ocorrera entre o I milénio antes e depois de Cristo, o suposto céltico comum ou língua *mãe* de todas as línguas célticas só poderia ter existido no início dessas datas, ou muito pouco antes.

Autores mais recentes — por vezes, não precisamente linguistas — já compreenderam a falácia de tal modelo explicativo que tende a equiparar, quase tautologicamente, línguas e culturas, quando, como se disse, a cultura — ou, se se preferir, a maioria dos elementos culturais não-linguísticos — é, para uma comunidade, um elemento de identidade muito mais volátil e mutável do que a língua, tal como esta, por sua vez, o costuma ser mais do que a etnia. Assim, para continuar com o exemplo céltico, mais recentemente o prestigiosíssimo arqueólogo Barry Cunliffe assinalou que pode tornar-se equívoco falar de línguas *célticas*, por o referido termo implicar um conjunto de hipóteses em grande medida erróneas; mas, reconhecendo que o termo está já demasiado incrustado nos nossos trezentos anos de tradição académica para poder assim ser abandonado, Cunliffe sugere (2004: 296-7) que possa ser «melhor qualificá-lo simplesmente com o sintagma *céltico atlântico*. Assim, distingui-lo-emos conceptualmente da língua que, de modo geral, se supõe ter sido falada pelos Celtas históricos e cujas migrações ficaram registadas pelos autores clássicos. Esta proposta não implica de modo algum que uma e outra língua fossem diferentes»<sup>16</sup>.

Por nosso lado, a vontade de pôr em relevo o facto de que uma continuidade linguística pode, pois, exceder em milénios uma manifestação cultural, social ou política determinada levou-nos a manter o emprego de termos distintos para tradições linguísticas genéricas e para as manifestações culturais concretas dos seus falantes. Na linha iniciada provavelmente por Devoto (1978: 478), ao falarmos de um grupo *italóide*, igualmente contra a nomenclatura tradicional, nós preferimos falar de *baltóide*, *celtóide* ou *germanóide*... etc., para sublinhar o potencial macrodiacrónico dos caudais linguísticos. Portanto, *baltóide*, *celtóide* e denominações afins não serão necessária nem usualmente entidades sincrónicas às das culturas *báltica*, *céltica* e demais. Segundo a nossa intenção, o elemento *-oide* pretende, além disso, destacar o carácter essencialmente adaptativo da língua, adaptabilidade, não obstante, morosa e parcimoniosa, porque o económico é sempre mudar o menos possível, e só se muda quando é muito vantajoso ou necessário.

Obviamente, deve acentuar-se o facto de que a partir da Linguística indo-europeia tradicional, tão curta de vista no que se refere à cronologia, só podia acreditar-se que as línguas de uma mesma tradição linguística apenas podiam anteceder — e posteriormente exceder —, em poucos séculos, as culturas clássicas documentadas. Esta crença explica bem certas

### surpresas descomuns

experimentadas pelos seus adeptos, na altura de reconhecer o indo-europeísmo de estádios linguísticos relativamente antigos existentes em territórios como a Anatólia ou a Hélade, de falas sem dúvida indo-europeias na época histórica, quando, bem vistas as coisas, seria esta a primeira — e não a última e impossível! — opção a contemplar. Se, de repente, aparecesse, por exemplo, documentação numa escrita desconhecida num lugar do Lácio, em plena Celtibéria, ou ainda nos bosques da Saxónia, digamos de 1500, 2000 ou inclusivamente de 2500 a. C., a primeira opção, cremos, deveria ser a de considerar que se tratavam de línguas pertencentes respectivamente às tradições — e para estrear a nossa nomenclatura — *italóide*, *celtóide* e *germanóide*.

A Linguística indo-europeia tradicional criou, todavia, um desses *fantasmas* nominais chamado *pré-indo-europeu*, sobre o qual, sistemática-

mente, descarrega o fardo, em casos como estes ou parecidos. E este pré-indo-europeu o que é? Nada. Ou nada em concreto: uma espécie de arrecadação, pronta para todos os diversos grupos linguísticos, no sentido em que se procurava sempre ir juntando as vozes sem etimologia indo-europeia reconhecida, pois, como se viu, a Linguística indo-europeia tradicional — desde a sua concepção do indo-europeu como uma língua única, regular até ficar quase perfeita e compacta — pode apenas, contra toda a lógica, considerar a possibilidade de qualificar como indo-europeias as raízes ou os processos documentados num único grupo linguístico.

Facto indubitável é que, por exemplo, para o reconhecimento, tanto do carácter helénico do micénico, como do carácter indo-europeu anatólico *ante litteram* do hitita, se opôs, em primeiríssima instância, o preconceito tradicionalista de que os Gregos, nas suas diferentes variedades, dórios, eólios ou jónios, e os Anatólios, nas suas diferentes variedades, lícios, frígios ou mísios, só podiam ter-se sobreposto — invasionismo! — a outros povos e línguas — pré-indo-europeu! — numa época muito recente nessas mesmas latitudes. Muito pelo contrário, veja-se, por exemplo, como a corrente linguística helénica, chegada até à nossa Idade Contemporânea, excedeu em mais de 3500 anos a cultura micénica, que teria sido a primeira a ser documentada, e não há razões objectivas, *a priori*, para excluir que, por exemplo, também tenha existido essa mesma tradição mais de 3500 anos antes dessa data e, porque não?, quem sabe, também aproximadamente nos mesmos territórios.

Outra ideia a combater é a própria concepção do indo-europeu, isto é, a ideia de que aquela língua-*mãe* da linguística tradicional seria uma espécie de latim clássico, inglês de telejornal da *B.B.C.* ou o espanhol oficial da *Real Academia*, uma língua perfeitamente unitária e da qual, pelas ditas ramificações sucessivas e segundo aquele modelo exponencial e multidivergente *ad æternum*, como parodiavam Dixon e Aikhenvald, teriam vindo a surgir sucessivamente as línguas filhas, também muito semelhantes e unitárias.

Ora, em primeiro lugar, a situação real e habitual daquilo a que vulgarmente chamamos *línguas* — e sobretudo em épocas passadas sem televisões ou alfabetizações maciças — é mais parecida com o que costumamos definir como uma cadeia de dialectos. Modelo que bem poderia ilustrar o grupo linguístico conhecido tecnicamente como



esquimó-aleutino, cujos falantes se estendem desde o estreito de Bering até à Gronelândia, do qual resulta que, enquanto todos podem entender os seus vizinhos, é difícil (Mithun 2001: 298) a intercompreensão para quem vive nos seus limites, no Alasca e na Gronelândia, de tal modo que se poderia costear de canoa todo o mar Ártico americano, povoado a povoado e de ponta a ponta, sem se perceber qualquer mudança significativa de língua, mas apenas de dialectos, e paradoxalmente, uma vez atingido o final do trajecto, o nosso *canoísta* encontrar-se-ia com uma língua diferente, muito diferente da que se falava no porto de partida, a ponto de se tornarem incompreensíveis — isto é, de se tornarem línguas — aqueles que realmente eram *dialectos* extremos. Também de modo semelhante, o *queres* é falado por algumas comunidades de índios do Novo México, sendo o dialecto de cada comunidade compreensível para o seu vizinho imediato, mas de mais difícil compreensão mútua entre os que estão separados por maior distância (Mithun 2001: 298).



**Investigador inquieto** — Enquanto percorria países e continentes, Román Ósipovič Jakobsón (Moscovo 1896-1982) aventurou-se por muitos dos caminhos do que seria a Linguística do futuro: antropologia, fala infantil, patologias, tipologia, etc., e foi também um dos primeiros a atrever-se a criticar aspectos considerados já perfeitamente estabelecidos pela Linguística indo-europeia convencional [Figura 3].

Línguas mães, línguas filhas... nascimento de línguas, morte de línguas... o certo é que as mudanças linguísticas substantivas que moderna e literalmente têm sucedido diante dos nossos olhos e que no mundo acontecem quase diariamente, são, na verdade, de natureza muito diferente. Com a sua atenção focada no *pedigree* e na pureza patrimonial — pretensão mais irrealista do que a da pureza racial e tão absurda como politicamente censurável —, a Linguística tradicional, sem dúvida, e ainda por cima, segregou do seu horizonte linguístico o estudo do que é

### **provavelmente o fenómeno linguístico mais importante**

porque fenómeno mais linguístico que nenhum outro: o fenómeno da convergência de línguas, das interferências ou caricaturas, imitações e cópias de termos ou expedientes linguísticos, da mestiçagem de falas e dialectos e, nos casos mais extremos, de crioullismo e aparecimento de línguas francas e saberes, ou *pidgins*.

Ninguém duvida, por exemplo, de que sejam línguas novas e com procedência no português os numerosos crioulos formados na época moderna (Cunha & Cintra 1985: 16-7), tais como — em África — os crioulos do arquipélago de Cabo Verde, os crioulos do Golfo da Guiné e os crioulos continentais na Guiné-Bissau e Senegal, os crioulos — na Ásia — de Malaca, o indo-português de Ceilão e da Índia, o macaense de Macau ou — na Oceânia — o crioulo de Tugu ou — já na América — o portunhol, ou inclusivamente, segundo muitos (Munteanu 1996: 84-103), o papiamento nas Antilhas. Ora ninguém pensa que estas línguas tenham surgido como línguas filhas do português e por geração espontânea — ou, melhor, por *degeneração* — do tronco linguístico português, mas, antes e acima de tudo, por mescla, em maior ou menor medida, com outras línguas e dialectos; isto é, em todos os casos concretos de autêntico aparecimento de línguas novas, o que temos não é o natural culminar de um ciclo vital — pois o português, por outro lado, mantém-se como língua bem viva e dinâmica — mas tão-só o contacto com outras tradições linguísticas e, quanto mais exótica for a língua, mais exótico e inovador será o seu resultado. De acordo com isto, o carácter essencial indo-europeu de tal ou tal grupo só pode significar um contacto mais duradouro e mais profundo com línguas afins e, nesse senti-

do, haverá não só línguas indo-europeias mais inovadoras e mais conservadoras, mas também falas mais *indo-europeias* ou menos e, incluído no próprio contexto linguístico indo-europeu, haverá – porque não? – línguas mistas e crioulas.

Consequentemente, o indo-europeu deveria ser, de preferência, conceptualizado como uma macrodiacrónica convergência de isoglossas e que, muito provavelmente, como pensava já um linguista da envergadura de Trubetskoi (1939), nunca teria alcançado uma uniformidade total. A imagem do conjunto indo-europeu como uma rede de dialectos que interagiram durante milénios, num processo estável de convergência, mas sem ter chegado a ser uma língua totalmente compacta, é, mesmo assim, coerente com a circunstância notória, posta bem em relevo por Cavazza (2001: 343–5), de que na realidade são pouquíssimos os termos pan-indo-europeus, ou inclusivamente poli-indo-europeus: apenas uma raiz, *\*tau* – ‘inchar’ estaria documentada nos 14 principais grupos indo-europeus que este mesmo autor estabelece, numa classificação adoptada igualmente por outros estudiosos: albanês, arménio, báltico, céltico, eslavo, frígio-dácio, germânico, grego, hitita, indiano, irânico, itálico, ilírico e sânscrito. Além disso, só outras oito raízes estariam documentadas em 13 grupos indo-europeus, entre as quais *\*an-* ‘em’, *\*bar-* ‘levar-produzir’, *\*da-* ‘pôr’, *\*has-* (ou *\*ias-*) ‘este-ser-estar’, *\*[s]kar-* ‘cortar’, *\*mi-* ‘me-mí’ e *\*tra-* ‘três’. Se compararmos estas proporções com as correspondentes entre o latim e as actuais diferentes línguas românicas, separadas da primeira por quase dois milénios, seria fácil comprovar que o número de isoléxis, ou termos partilhados, se apresenta numa percentagem muito maior neste último caso. Assim, por exemplo, a maioria das raízes numerais latinas encontra-se representada em todas as línguas românicas e continuaria a estar, para já, se, para efeitos de precisão comparativa, forçássemos uma classificação das ditas línguas românicas em 14 grupos. E isso, de certeza, sem contar com o importante número de formas pré-romanas bem identificáveis na maioria dos romances. Portanto, o grande contraste entre a elevada proporção de léxico partilhado pelas línguas românicas em 1500 anos – e numa época, por assim dizer em termos dixonianos, de forte interrupção do equilíbrio – e a baixa proporção de léxico partilhado pelas línguas indo-europeias – e numa época de ambiente tanto mais estável quanto mais recuamos no tempo – deveria logicamente resol-

ver-se por uma muito mais longa cronologia para a fase de comunidade Linguística indo-europeia.

Como ficou dito, a afirmação básica do Paradigma da Continuidade Paleolítica radica, no postulado de que esse encadeamento dialectal indo-europeu remonta em última, ainda que não única, instância, à época paleolítica, tal como, decerto, teria sucedido também com todos, ou com a maioria dos outros grandes conjuntos linguísticos, para alguns dos quais — amazónico, australiano, bosquímano, esquimó-aleutiano... —, de facto, é a hipótese tradicionalmente assumida, dada a permanência histórica destes povos nas culturas — as únicas conhecidas na época paleolítica — de caça e recolção, enquanto, no caso de outros conjuntos linguísticos, como acontece nitidamente com o afro-asiático ou para o urálico, a datação

### **paleolítica é a hipótese**

que tem vindo a impor-se nos últimos anos entre muitos especialistas. Assim, por exemplo, quer a enorme extensão do conjunto afro-asiático, abarcando praticamente todo o Norte de África e a zona asiática mais próxima, quer a grande diversidade linguística perceptível entre os seus diversos grupos — camítico, chádico, cuchítico, egípcio, omótico e semítico — tornam muito provável que tão grande extensão e diferenciação tenham uma antiguidade que ultrapasse a época neolítica (*vide* Hayward 2000: 75).

Além disso, há grande probabilidade de terem sido precisamente algumas condições do Paleolítico — únicas em muitos aspectos — que tornaram possível a emergência de tão grandes complexos linguísticos, visto que também eram grandes territórios a ser habitualmente explorados por nómadas, nas suas constantes deslocações, sendo esses complexos muito estáveis e relativamente homogéneos, não só pela reiterada inter-relação dos bandos móveis de caçadores e recolectores da época, mas também pela sua baixíssima e estabilíssima — sempre em termos comparativos com os números correspondentes do Neolítico — *ratio* demográfica.

Por sua vez, terão sido precisamente as específicas e, por vezes, exclusivas condições do Neolítico as que, com grande probabilidade, como profusamente tem argumentado Alinei (1996, 2000a, 2000b,

2008...), tornaram possível a especialização e a consequente divergência linguística em territórios cada vez mais pequenos, propiciando assim a formação de subconjuntos ou grupos e, logicamente não em todos os casos, por mera evolução *interna* ou deriva do elo dialectal correspondente, mas, em muitos casos, também por contacto com outras línguas, factor que, como vimos, é talvez o principal agente nas mudanças linguísticas repentinas e maciças para uma continuidade linguística, o principal agente, em suma, na emergência de novas línguas.

Essas condições específicas do Neolítico que, de um modo ou de outro, contribuíram para a eliminação de isoglosas macrotópicas, teriam sido pois, sobretudo, o sedentarismo com o aparecimento de estabelecimentos fixos e inclusive cidades, o espectacular desenvolvimento ou *boom* demográfico com o aparecimento — em parte, consequente — da estratificação social e, por último, a brutal mudança de panorama ecológico, com o desaparecimento dos itinerários e ambientes até então conhecidos e o aumento do mundo habitável como consequência do importantíssimo fenómeno climático do fim da glaciação, fenómeno que mudou literalmente a face da Terra, de modo que, para citar um exemplo muito pertinente, duplicou praticamente o potencial *habitat* territorial dos falantes dos dialectos ou das línguas indo-europeias, ao abrir a fronteira do Norte — até então selada e fechada por uma espessa capa de gelo que tornava inabitável quase toda a metade setentrional da Eurásia — que deu o pontapé de saída à colonização a partir dos *refúgios* populacionais da Europa meridional — Balcãs, a Península Itálica e, ao que parece, muito especialmente a Península Ibérica —, lugares onde a maior parte da população europeia pôde sobreviver às duríssimas condições climáticas, durante um período de cerca de 1300 anos, conhecido tecnicamente como *Dryas* recente, que durou até 10 000 a. C.

Concomitantemente, outro papel decisivo na aceleração das mudanças linguísticas deve ter vindo pela mão de um segundo grande agente — aliado, ou melhor, por detrás do contacto de línguas — da evolução das línguas, *scilicet*, as mudanças (não-linguísticas) na própria comunidade de falantes e no seu ambiente, mudanças que podem ter sido de natureza muito diversa: climáticas, culturais, ecológicas, económicas, ideológicas, religiosas, sociais, tecnológicas, etc. De facto, em poucos milénios, o mundo neolítico mudou muitíssimo mais do que

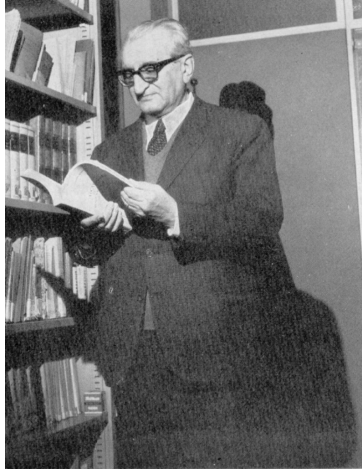
tinha mudado, por exemplo, nos trinta milénios anteriores, durante todo o Paleolítico Superior, contingência esta que, logicamente, contribuiu para particularizar e acelerar também as mudanças linguísticas, pois a língua, instrumento essencial das comunidades humanas, teve de adaptar-se com os seus falantes — outra vez Darwin! — às novas e, por vezes, radicalmente novas necessidades e realidades.

O que ficou exposto até aqui representa, muito sumariamente, o marco geral preconizado pela, segundo as palavras de Alinei, *Teoria da Continuidade*, marco que, contudo, pelo menos Gabriele Costa e nós preferimos denominar *Paradigma da Continuidade Paleolítica* por diversas razões, mas sobretudo para sublinhar que se trata de uma proposta não-fechada, nem realizada em todos os seus pormenores, para sublinhar que se trata de

### **uma proposta ainda *in fieri***

na qual cabem, naturalmente, outras achegas e para a qual são convidados a participar os estudiosos de qualquer disciplina que simplesmente aceitem a premissa geral de que o dogma tradicional de uma *indo-europeização* exclusivamente recente e para todo o território documentado já como de falas indo-europeias na época antiga é inaceitável e que necessitamos de umas cronologias mais amplas, visto que para explicar as coisas de modo natural, realista e coerente, para alcançar aquela «concordância funcional e cronológica entre linguística, arqueologia e antropologia no âmbito indo-europeu», como proclamou, num trabalho memorável e pioneiro, Poghirc (1992), necessitamos de retroceder para antes das datas neolíticas. Ainda que até agora sejam poucos — pelo menos oficialmente —, não faltam nomes insígnies entre os representantes destas ideias novas, e com precursores tão antigos como Kühn (1932) ou, como já vimos, Trubetskoi (1939), tal como, entre os linguistas e filólogos, citemos Benozzo (2004, 2006, 2008...) juntamente com Alinei (1996, 2000a, 2000b, 2001...) — ambos tendo publicado também, alguns trabalhos em colaboração (2008, 2009) —, Costa (1998, 2000, 2008...) e Cavazza (2001). Outro aspecto a destacar neste assunto é — finalmente! — a paulatina emergência de um verdadeiro consenso interdisciplinar, pelo menos no que toca a arqueólogos, por exemplo, como o citado Poghirc (1992), climatólogos, como Adams (1999 com

Otte), historiadores tão críticos com as posições tradicionais, como Häusler (1996, 1998), ou pré-historiadores, como Otte (1997, 1998, 1999 com Adams, 2000...).



**Um milanês pleno de vitalidade** — Ao longo dos seus 101 anos de vida atarefada, o polifilólogo e multilinguista Giuliano Bonfante (Milão 1904–2005) manteve sempre os seus próprios critérios face às modas linguísticas dominantes. Inimigo feroz do laringalismo indo-europeu, Bonfante demarcou-se do omnirreinante estruturalismo da sua época, para defender que a língua era também o homem e era também, portanto, arte, capricho, criação, humor, ironia, religião, poesia... e psicologia, muita psicologia [Figura 4].

Nesta síntese emergente, convergente é ainda incorporar, no novo quadro geral que preconiza o paradigma continuista, outras disciplinas com propostas de conjunto, ou de pormenor. Assim, por exemplo, é indubitavelmente muito o que fica ainda por fazer no campo do folclore e das tradições populares, pois finalmente agora será possível conceber a possibilidade de um maior aprofundamento cronológico para muitas das mais antigas lendas euro-asiáticas. Um trabalho pioneiro e modelar neste campo é o efectuado por Gabriela Morais (2008) sobre as

«lendas de fundação», documentadas na *fachada* atlântica, isto é, no território onde provavelmente se constituiu a base da comunidade humana para o que seriam depois as línguas célticas. Outro mérito deste trabalho é a sua atenção a essa mencionada «concordância funcional» com os dados de outras disciplinas, sobretudo, muito especialmente com outra que nos últimos tempos está a fornecer ao paradigma continuísta um apoio que neste domínio pode já considerar-se definitivo. Referimo-nos às investigações actuais para vincular grupos humanos a estádios cronológicos, realizadas a partir da denominada *genética das populações*.

Com efeito, deveriam indirectamente incluir-se, na lista deste grupo de *heréticos* partidários do Paradigma da Continuidade Paleolítica, muitos nomes de geneticistas, já que nos dias de hoje podemos afirmar como sendo cada vez mais segura a convergência dos dados genéticos, no apontar decididamente para o facto de que a maioria dos europeus e asiáticos tem origem *paleolítica*, o que é quase como afirmar uma origem autóctone e continuísta destas populações. Basta mencionar, entre os já numerosos trabalhos semelhantes (Richards & *alii* 2000; Semino & *alii* 2000), a explícita contribuição de Martin Richards e outros (1996: 185): «antepassados da grande maioria das linhagens modernas e actuais entraram na Europa durante o Paleolítico Superior [...] as mais importantes linhagens da Europa são anteriores à expansão do Neolítico [...] a extensão da agricultura representa um desenvolvimento substancialmente indígena e acompanhado apenas de um componente relativamente pequeno de agricultores provenientes do Médio Oriente, nessa época»<sup>17</sup>. Ou basta mencionar também o conhecido livro de Bryan Sykes (2001), em que um dos objectivos era precisamente inquirir da veracidade da tese de uma origem basicamente neolítica para as populações europeias, hipótese que colocada por autores tão influentes como Cavalli-Sforza (1997) era ainda a que dominava na época das primeiras achesgas dos investigadores defensores do Paradigma da Continuidade Paleolítica. Depois dos estudos de Sykes (2001: 228) ficou claro, todavia, que «os antepassados maternos da maioria dos europeus modernos já existiam na Europa muito antes da introdução da agricultura»<sup>18</sup>.

Na realidade, a verificação — hoje aparentemente já indiscutível — de que os genes de mais de 80 por cento da população europeia remontam à época paleolítica não constitui nenhuma prova directa de que o conjunto



indo-europeu, controversamente o conjunto linguístico mais comum na Europa, remonte também a essa mesma época, uma vez que isso de modo algum implica necessariamente que falassem idiomas indo-europeus já autónomos, ou, mesmo, meros dialectos indo-europeus, mas também é verdade que, de modo indirecto, aponta decididamente para tal como a hipótese mais simples, já que os dados se erguem como um colossal obstáculo a todas aquelas teorias que afirmam uma datação posterior para o conjunto indo-europeu. De facto, se há que «abandonar a ideia de uma substituição maciça de caçadores-recolectores por agricultores para concluir que

### **houve uma forte continuidade**

desde o Paleolítico»<sup>19</sup> (Sykes 2001: 228-9) e se «A maioria do componente genético dos Europeus modernos nos chegou a partir dos caçadores-recolectores do Paleolítico»<sup>20</sup> (Sykes 2001: 241), quem pretender defender uma datação metapaleolítica — isto é, de época neolítica ou posterior, ou inclusivamente de época mesolítica — para o indo-europeu, inevitavelmente deveria explicar e de modo convincente porquê e por que extraordinários agentes mais de 80 por cento da população europeia, em algum momento, mudou drasticamente a sua tradição linguística para se converter em falante de um conjunto linguístico que teria aparecido em muitos lugares com o Neolítico ou ainda muito depois.

Alinei y Benozzo (2009: 7-8) serviram-se do testemunho da ilha de Man como eloquentíssimo exemplo deste tipo de *argumentum e silentio*. A citada pequena ilha britânica, pátria histórica da antiga língua céltica do maniquês ou manês (ou *manx*) — e pequena pátria: *Ellan Vannin!* dos *Bee Gees* — fornece características arqueológicas que permitem observar a sua estável continuidade cultural — e também genética — a partir do seu primeiro povoamento, na época mesolítica. É verdade que, logicamente, durante milénios não temos prova alguma — *id est*: documentação escrita — da língua falada na ilha, mas, a partir dos primeiros testemunhos até ao século XX, quando se deixou de falar manês, tudo sugere que, ali, a língua dominante e estabelecida foi de tipo céltico. Assim, neste marco de continuidade cultural estável, a hipótese de pensar que alguma vez se falou uma língua de vinculação diferente da

celtóide, é, quando muito, a hipótese menos económica e provável. Pois bem, *mutatis mutandis*, poderia aplicar-se o mesmo em muitos lugares da Europa e da vizinha Ásia.

Por outro lado, de acordo com a perspectiva da genética das populações, também o Paradigma da Continuidade Paleolítica representa a opção mais simples, óbvia e primária para explicar aquilo que, um dia, o eminente arqueólogo Colin Renfrew (1990) — cujas críticas demolidoras ao modelo invascionista tradicional foram de tão grande estímulo para os autores continuistas — denominou «o quebra-cabeças das origens indo-europeias» (*The Puzzle of Indo-European Origins*), até como título original da sua obra e que inclui já as populações — indo-europeias, como pretende Renfrew, ou não — que se expandiram a partir da região da Anatólia na época neolítica, estendendo a cultura própria dessa região e época. Assim, mediante estudos específicos sobre os primeiros estabelecimentos neolíticos na Europa e graças à comparação dos genes dos habitantes daquelas primeiras aldeias e herdades com os dos Europeus actuais, pôde comprovar-se que «os primeiros agricultores neolíticos não tiveram uma influência genética importante nas modernas linhagens femininas europeias»<sup>21</sup> (Haak & al. 2005: 1016), confirmando-se, portanto, que os «Europeus modernos não parecem descender, por via materna, dos primeiros agricultores [...] uma vez entranhada a técnica, os caçadores-recolectores da região adoptaram a nova cultura, conseguindo então ultrapassar o número dos agricultores originários»<sup>22</sup> (Haak & al. 2005: 1017). Em concreto, a pouquíssima representação das características mitocondriais — transmitidas por via materna — dessas populações neolíticas na genética das populações modernas sugere que os recém-chegados agricultores se relacionaram em grande medida com a população paleolítica feminina anterior (Balter 2995: 964).

Também começaram a vislumbrar-se congruências de pormenor nos trabalhos de Francisco Villar ([& Prósper] 2005), quando este autor estabeleceu uma correlação suficientemente precisa entre determinados marcadores genéticos tecnicamente denominados *haplótipos* e as raízes ou bases toponímicas de carácter antigo e indo-europeu que surgem nos mesmos territórios onde são especialmente frequentes os haplótipos correspondentes, concluindo que, pelo menos, uma significativa parte dessas correlações deve remontar à época paleolítica, o que evidentemente supõe já, para a dita época, a existência de algum tipo

de comunidade linguística indo-europeia. As limitações mencionadas por Villar ([& Prósper] 2005: 147) para as teorias de apresentação da «indo-europeização mediante um único episódio, seja este paleolítico, neolítico ou da Idade dos Metais», e a sua convicção de que nem todo o quadro dos grupos indo-europeus que virão a emergir na época histórica fica já prefixado na época paleolítica, mas que, num

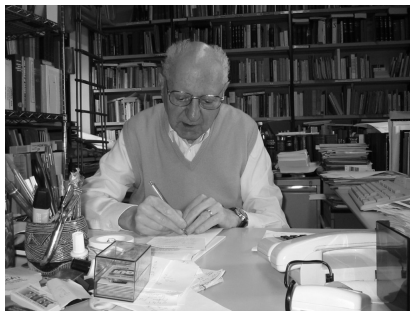
### **quadro mais complexo,**

houve fases posteriores de reindo-europeização e do contrário, são, por outro lado, perfeitamente assumíveis dentro do Paradigma da Continuidade Paleolítica, mas não só: a ampla margem cronológica defendida por este paradigma científico é, precisamente e talvez apenas, aquilo que permitirá, por sua vez, o desenvolvimento teórico e prático dessa perceptível maior complexidade dos processos de indo-europeísmo e indo-europeização. Ora, naturalmente, o mais prudente, de momento, é ir-se esboçando, a traços largos ou *pinceladas*, o quiçá muito complexo quadro histórico, enquanto se esperam argumentos concretos e se precisa, até onde for possível, o quadro de indo-europeísmo — único ou repetido, mais ou menos mesclado e com o quê... — para cada território.

Outro aspecto igualmente criticável na Linguística indo-europeia tradicional é a sua excessiva valorização de apenas três grandes línguas: grego, latim e sânscrito, um excesso, por assim dizer, de *greco-latino-sanscritismo*, de modo que, consciente ou inconscientemente, se tem tendido a conceder a estas — *casualmente* as três maiores — antigas tradições literárias indo-europeias uma relevância superior às outras falas ou grupos linguísticos, inclusivamente no caso de estes serem, em muitos ou alguns aspectos, manifestamente mais conservadores do que as três citadas superlínguas escritas. Consequentemente, outra reivindicação do Paradigma da Continuidade Paleolítica face à Linguística indo-europeia tradicional é a proposta de incorporar o maior número de falas indo-europeias nos estudos comparados, e isso não só por razões quantitativas, mas também por qualitativas.

Quanto à parte quantitativa, recordamos a vantagem de não desprezar nos nossos estudos reconstrutivos nem o mais ínfimo dos dialectos, por moderno, insignificante ou periférico que seja, visto que, em princí-

pio, quanto maior for o número de línguas comparadas, mais longe podemos recuar na reconstrução. A Linguística indo-europeia tradicional assume que, sempre que se recuar mais no tempo, maiores serão os problemas e as dificuldades, mas descarta outro factor importante, pois nem toda a reconstrução é, forçosamente, pior quanto mais recuemos, visto que a capacidade reconstitutiva dependerá também da quantidade de línguas disponíveis. Se, por exemplo, não se dispuser de mais do que outra língua para comparar — tal seria, mais ou menos, o caso do basco — podem ter-se grandes dificuldades, inclusivamente para se recuar apenas meio milénio sobre a primeira documentação. Pelo contrário, se dispusermos de duzentas línguas para comparar, é possível ir-se muito, muito mais atrás no tempo. Quanto mais ampla for a base, mais alto pode ser o edifício.



**Maturidade atrevida** — Depois de ter ganho um notável prestígio no mundo da dialectologia e romanística, um já jubilado Mario Alinei (Turín 1926) desafiou o monolítico *fundamentalismo* indo-europeísta com os seus volumosos estudos sobre as origens das línguas europeias, propondo, com uma impressionante quantidade de dados e argumentos, que o quadro linguístico indo-europeu devia remontar vários milhares de anos mais do que aquilo que durante século e meio se acreditou como definitivamente estabelecido [Figura 5].

A verdade é que, em igualdade de circunstâncias, com duas línguas se reconstrói muito menos do que com duzentas, tal como com duas pernas se correria muitíssimo menos do que com duzentas. Como subli-

nham Green y Pawley (1999: 36) «a reconstrução de pré-línguas muito antigas é com certeza mais simples quando o número de descendentes é grande, como no caso de famílias tão bem conhecidas como a indo-europeia (pelo menos, 140 línguas) [...] e a austronésica (cerca de 1000 línguas). O conservadorismo de numerosas línguas austronésicas é tal que, se estas não mudarem mais nos próximos 5000 anos do que o fizeram durante os últimos 5000, a sua relação genética, porém, manter-se-ia evidente cerca de 10 000 anos depois de ter divergido»<sup>23</sup>.

Às óbvias vantagens metodológicas deste protocolo quantitativo de comparações maciças, que poderíamos denominar

### *a fórmula austronésica,*

há que adicionar, quanto ao lado qualitativo, a importância reconstrutiva desses *fósseis* linguísticos que se encontram por vezes nos dialectos, segundo a metáfora utilizada por Alinei, o qual, sobretudo a partir da sua responsabilidade enquanto co-fundador e presidente, nessa altura, do grande projecto internacional do *Atlas Linguarum Europæ*, tantas magistrais lições nos deu sob a forma de múltiplos exemplos, insistindo sempre na relevância dos dialectos das culturas estáveis e conservadoras, principalmente, se de tradição oral. Segundo Alinei (1996: 674), de facto: «os fósseis linguísticos mais importantes, os que permitem extrapolações cronológicas de alcance relevante, encontram-se muito mais nos dialectos do que nas línguas escritas, mesmo que antigas»<sup>24</sup>.

Como escrevemos noutros locais: «outra das razões pelas quais a linguística histórica, e especialmente a reconstrutiva, deve atender, preferencialmente, aos dialectos e não tanto às línguas *reprimidas*, prende-se com a possibilidade de encontrar neles registos, fases ou estádios linguísticos mais arcaicos»<sup>25</sup>, reunindo nesse trabalho um grande número de testemunhos exemplificativos. Para não abandonar a Península Ibérica e nos limitarmos, economicamente, sobretudo ao sempre expressivo nível lexical, bastará mencionar aqui, como demonstração, a eventual relevância reconstrutiva das denominadas *falas* alto-aragonesas, verdadeiras falas que, por vezes, são puros microdialectos, quase sem tradição escrita, mas que apresentam, em todo o espaço românico, um dos estádios mais arcaicos e conservadores, além de constituírem, pelo seu carácter intermédio, um claro testemunho do elo

linguístico entre as falas catalãs e as castelhanas. Citemos arcaísmos tão notáveis como em chistavino *aladro* ‘arado’ (Mott 1989: 146; latim *arā-tru-*), *calces* ‘coices’ (Mott 1989: 137; latim *calces*) ou *ordio* ‘cevada’ (Mott 1989: 142; latim *hordeu-*), um *manducar* ‘comer’ (cf. latim *manducāre*) em Penarroja (Pallarés 1982: 323), continuando nos Pirenéus aragoneses uns *habets* ‘haveis’ (Rohlf s 1984: 218; latim *habētis*), *ito* ‘ido’ (Rohlf s 1984: 217; latim *itu-*), *lacuna* ‘lagoa’ (Rohlf s 1984: 217; latim *lacūna*), *matura* ‘madura’ (Rohlf s 1984: 217; latim *matūra*), *ripa* ‘ribeira’ (Rohlf s 1984: 217; latim *ripa*) ou *saper* ‘saber’ (Rohlf s 1984: 217; latim *sapere*), na fala de Rodellar *abete* ‘abeto’ (Justes & Vázquez 1985: 615; latim *abiēte-*), *aloda* ‘calhandra’ (Justes & Vázquez 1985: 610; latim *alauda-*), *bobón* ‘bufo’ (Justes & Vázquez 1985: 610; latim *bubōne-*) o *cuculo* ‘cuco’ (Justes & Vázquez 1985: 611; latim *cucūlu-*) e, em Sercué, um quase intacto *lupo* ‘lobo’ (Vázquez 1985: 641; latim *lupu-*).

Um último aspecto que nos parece muito contestável na reconstrução tradicional da base comum das línguas indo-europeias, na reconstrução do indo-europeu, é o seu carácter singular, especial, excepcional e — o que já não nos surpreende — em perfeita consonância com o carácter excepcional, especial e singular que a mesma linguística tradicional atribui à história e cultura dos seus *superiores* indo-europeus. Assim, enquanto as outras línguas historicamente conhecidas se estenderam e expandiram por colonização, o indo-europeu, como já escrevemos há alguns anos, «fez-se a ferro e fogo, em superinvasões por... *vagas*; enquanto os demais grandes grupos linguísticos tiveram origem em territórios disseminados, os indo-europeus vieram de um *lugar ancestral* muito preciso, ou mais pomposamente, *Urheimat* e já só falta sabermos o seu código postal»<sup>26</sup>.

Deste modo, conclui-se que o indo-europeu tradicionalmente reconstruído — e muito especialmente nos seus aspectos fónicos — é uma língua que acaba por ser, essencialmente, quer a soma de fenómenos sem comparação alguma com uma língua histórica conhecida — acentuação *musical*, *coeficientes* sonantes, *laríngeos sui generis* e até *laríngeos* com apêndice!, *graus* vocálicos, oclusivas de explosão, *boom!!*, sibilante, declinação por *temas*, modelo *pré-flexional*... — quer a soma de elementos muito raramente documentados — labiovelares e labiovelares aspiradas!, série oclusiva aspirada sonora, mas sem a sua correspondente série aspirada surda, ditongos longos, vogais sonoras longas... — quer

ainda a soma de inauditas altas frequências de fenómenos — alargamentos morfológicos, alternâncias... — ou de surpreendentes baixas frequências ou, inclusivamente, ausências de fenómenos banalíssimos — a vogal /a/, diminutivos, aumentativos, cópias... — em suma, portanto, uma língua mais do que única e excepcional. Reconheçamos, assim, que também no plano linguístico

### **algo se passa com o indo-europeu**

tradicionalmente reconstruído.

Entramos assim no debate crucial de determinar quais devam ser os limites metodologicamente aceitáveis nas nossas reconstruções linguísticas, questão que em consequência poderia facilmente objectivar-se em várias perguntas concretas. Em primeiro lugar, a questão de se é legítimo reconstruir línguas sem qualquer apoio tipológico, isto é, línguas para cujas características não se encontraria nada parecido em nenhuma outra língua conhecida. Ora, a esta pergunta, já foi dada resposta negativa por um autor muito pouco suspeito de heterodoxia, como é o caso do húngaro Szemerényi (1987: 187), para quem «Poderia ser válido como axioma que o indo-europeu não pode ter tido propriedades que não figuram em nenhuma língua da Terra»<sup>27</sup>. De um modo semelhante expressava-se também, entre outros autores, Mańczak (1995: 112): «é difícil imaginar que na época pré-histórica tenha havido mudanças que nunca aconteceram na época histórica»<sup>28</sup>. Acrescentamos por agora que nos juntamos — e não sem entusiasmo — àquela proposta axiomática e a esta dificuldade imaginativa.

Uma vez aceite como metodológica *regra de jogo* a ilegitimidade de reconstruir entidades ou fenómenos linguísticos que não tenham qualquer relação comparável em qualquer língua histórica conhecida, põe-se em segundo lugar a pergunta de se resultará legítimo, pelo menos, reconstruir elementos ou fenómenos muito raros e com apoio tipológico muito parcimonioso e pequeno. Ora a nossa resposta neste caso poderia ser a seguinte: sim, mas até um limite, até um certo limite, até um certo e razoável limite, no sentido de que essas raridades não devem superar claramente a percentagem de raridades que acontecem nas outras línguas, ou que acontecem, pelo menos e sobretudo, nas línguas vizinhas. É verdade que em todas as línguas costumam apare-

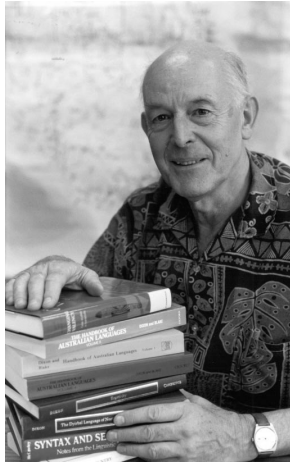
cer alguns fenómenos raros ou excepcionais mas, de um modo geral, isso acontece em proporções muito pequenas; além disso, também, esses fenómenos raros costumam aparecer regionalmente, ou seja, concentrar-se numa determinada área.

De facto, os estudos tipológicos têm demonstrado repetidamente que todas as línguas possuem altas doses de banalidade, e a imensa maioria possui apenas pequenas excepções ou raridades. Toda a fonologia latina, por exemplo, é muito banal, tanto nos seus aspectos sincrónicos, como diacrónicos, no sentido de que apenas só é difícil encontrar paralelos para os tratamentos de /m/ em posição final; ao passo que na morfologia latina pode apenas considerar-se fora do normal a sua muito elevada frequência de interrogativos-indefinidos de tão variada gama, ou a existência de dois *tempos* no imperativo; e quanto à sintaxe, o latim é relativamente especial pelo seu [ab]uso do conjuntivo subordinado. Consequentemente, admitiremos anomalias, sim, mas apenas quando apresentem paralelos, sobretudo nas línguas dessa mesma zona ou desse mesmo grupo linguístico, quando estejam bem justificadas e, finalmente, quando a percentagem da sua representação na língua não exceda exageradamente os limites mais normais. Será, assim, preferível renunciar ao descobrimento da raridade minimamente presente numa língua do que renunciar a reconstruir o seu, seguramente, muito maioritário e banal esqueleto geral.

Contudo, na sua imensa maioria, as objecções de cariz tipológico formuladas à reconstrução do indo-europeu tradicional foram simplesmente ignoradas pelos praticantes da ortodoxia indo-europeísta. Já anteriormente, por exemplo, o judeu russo-norte-americano Roman Jakobson (1984: 44) [Figura 3] advertira os indo-europeístas da falta de apoio tipológico à proposta tradicional para reconstruir um triplo terço oclusivo /p t k-b d g-b<sup>h</sup> d<sup>h</sup> g<sup>h</sup>/ no sentido de, dando-se uma única série aspirada entre as oclusivas, esta ser a surda /p<sup>h</sup> t<sup>h</sup> k<sup>h</sup>/ e não a sonora /b<sup>h</sup> d<sup>h</sup> g<sup>h</sup>/, sublinhando, além disso, o facto significativo de que línguas, como as bálticas, célticas, eslavas ou tocárias, que não apresenta[va]m o fonema /h/ no seu inventário historicamente conhecido, também não apresenta[va]m aspiradas, ao passo que as línguas históricas indo-europeias com /h/, como as arménias, germânicas, helénicas ou indianas, apresentam também aspiradas, de modo que eventualmente nada se opunha, em todo caso e no limite, a que se reinterpretas-



se a série aspirada da indo-europeística tradicional /b<sup>h</sup> d<sup>h</sup> g<sup>h</sup>/ como a soma das sonoras simples /b d g/ mais /h/.



**Dixon *dixit*** — Inglês de nascimento, mas australiano de adoção, Robert Malcolm Ward Dixon (Gloucester 1939) dedicou a sua vida científica ao estudo de falas sem escrita, exóticas e minoritárias, isto é, ao estudo das verdadeiras línguas. A sua crítica ao modelo de *candelabro* ou *árvore genealógica* como único ou preferido padrão evolutivo das línguas e toda a sua argumentação concomitante constitui um indirecto mas substantivo ataque à base de alguns dos principais dogmas da Linguística indo-europeia tradicional [Figura 6].

A provada existência no quelabite (*Kelabit*), uma antiga fala austronésica do Bornéu, ou ainda em alguma outra língua exótica, de uma raríssima combinação de consoantes oclusivas aspiradas sonoras, juntamente com oclusivas surdas e sonoras, mas sem a esperada correspondente série de oclusivas aspiradas surdas — isto é, a situação proposta também para o indo-europeu pela Linguística indo-europeia tradicional — dificilmente pode considerar-se um apoio para a dita proposta tradicional, nem que destrua a importante objecção jakobsoniana. Na reconstrução de uma língua austronésica é verdade que pode ser legítimo, por exemplo, propor uma labial vibrante [B], fonema, que embora na realidade seja raríssimo, acontece plenamente em nías, e

também, ainda que fundamentalmente só antes de /u/, acontece noutras línguas austronésicas (Brown 2005: 563). Mas se, pelo contrário, no âmbito indo-europeu alguém propusesse a reconstrução daquela raríssima [B], a não ser que encontrássemos provas contundentes a favor...

As consoantes labiais, por exemplo, são também muito comuns nos vários conjuntos fonemáticos das línguas do mundo, contudo, em algumas línguas ou registos linguísticos de África ou da América, como o iroquês seneca, elas não existem; assim, em vez de procurar explicações *internas* e estruturais para as mudanças, deverá verificar-se, como já assinalaram e comprovaram Jakobson y Waugh (1980: 157) ser este o caso, se o fenómeno não se deve simplesmente «ao antigo costume de trazer pratos nos lábios»<sup>29</sup>, o que obviamente torna a pronúncia dessas consoantes muito difícil. De modo que, conclui-se que algumas anomalias linguísticas só se tornarão aceitáveis quando dispusessem de uma argumentação firmemente apoiada.

Em todo o caso, parece-nos que nunca seria aceitável metodologicamente a reconstrução, por exemplo, de uma língua que acaba por ser uma espécie de

### **parada de monstros,**

isto é, a soma de fenómenos raros e unicamente existentes, aqui ou além, numa ou noutra língua. Assim, nesta *acareação* com a Linguística indo-europeia tradicional, é este outro aspecto que, a partir da perspectiva do Paradigma da Continuidade Paleolítica, se quer reivindicar: a necessidade de que a língua reconstruída disponha de um maior *realismo*, ou seja, conte com maiores paralelismos — ou, por vezes, apenas com algum paralelismo! — entre as línguas historicamente conhecidas; a necessidade de que conte, em definitivo, com um maior — ou, por vezes, apenas com algum! — fundamento tipológico. No caso do indo-europeu, quão necessária nos parece a aplicação de dois princípios capitais enunciados por Lass: o primeiro (1997: 229), de que «Para uma pré-língua não deve reconstruir-se qualquer elemento que não esteja documentado em pelo menos uma das suas línguas descendentes»<sup>30</sup>, princípio que, no caso de tantas reconstruções da linguística indo-europeia tradicional, nos conformaríamos a que, quanto mais não fosse, se aplicasse no sentido de não se reconstruir nada que não estivesse

documentado em, pelo menos... uma língua; e, igualmente, o segundo principio, de que «Quanto mais raro for um elemento nas línguas do mundo, mais provas necessitamos para o reconstruir: a não ser que esteja amplamente testemunhado, quer na família correspondente, quer na área geográfica onde se fala a língua»<sup>31</sup> (1997: 230).

Por consequência, para o caso indo-europeu em geral, tanto na fonologia, como na morfologia, léxico ou semântica, face ao modelo que defende uma única mudança excepcional e que se refere a um modelo excepcional, o mais provável, *a priori*, é que tenhamos, na realidade, muitas mudanças banais — e muitas vezes repetidas — e que remontariam a um modelo banal. Assim, para chegar a reconstruir situações linguísticas bem documentadas, ou menos excepcionais, necessitamos também de... mais tempo. Mais tempo, por favor! E deste modo, de novo, igualmente nesse pormenor, o factor tempo torna-se um elemento totalmente decisivo. Asfixiado pela estreiteza das datas históricas e constrangido pela escassa margem cronológica disponível, o indo-europeísta tradicional, por muito competente que seja, vê-se, pelo contrário, obrigado a explicar muitas mudanças em muito pouco tempo, de modo que, para relacionar a situação das línguas indo-europeias, começando pelas conhecidas já mais recentemente, a partir do II milénio a. C. — anatólicas, helénicas, indo-iranianas...—, com a situação da pré-língua indo-europeia, dispõe apenas de dois milénios, quer dizer, dispõe de tempo para um par de mudanças linguísticas ao todo e sem mais estádios intermédios que os de uma única também reconstruível fase comum: proto-anatólico, proto-helénico, proto-indo-iraniano... muito pouca margem, finalmente, para explicar tanta diversidade histórica tão pouco tempo depois. Como escrevemos há alguns anos: era «como se um convicto evolucionista tivesse de explicar a origem comum de três espécies, como o homem, o peixe e o cavalo, no decurso de uma só geração. A resposta coerente apenas poderia ser esta: pai centauro e mãe sereia. Coerente, sim, mas real?»<sup>32</sup>.

## Notas

- <sup>1</sup> «conseguenze teoriche devastanti».
- <sup>2</sup> «L'aspetto più innovativo della ricerca che presento in questo libro sta nell'innalzamento della cronologia».
- <sup>3</sup> «La Lingüística Indoeuropea se va encerrando cada vez más en sí misma, sorda y ciega ante lo que sucede a su alrededor. Despreciando o ignorando el progreso que se produce en el campo de las ciencias, sigue impertérrita repitiendo invariablemente las mismas respuestas desde hace dos siglos».
- <sup>4</sup> «poner provisionalmente en cuestión las teorías tradicionales sobre la historia de los indoeuropeos».
- <sup>5</sup> «Humankind is believed to have had language for at least 100,000 years [...] Consider the Indo-European family, which has over 100 modern languages and for which a time-depth of about 6,000 years is posited. There are about 17 periods of 6,000 years in 100,000 years. If one language spawns  $10^2$  descendants in 6,000 years, then over 100,000 years it should give rise to  $10^{2 \times 17} = 10^{34}$  or 10 million billion billion languages. But how many languages do we have in the world today? About 5,000-6,000. This suggests that we should rethink the idea that family-tree type of language split is the universal model of language development».
- <sup>6</sup> «changes during a period of equilibrium would be relatively minor».
- <sup>7</sup> «it is quite possible that language change was a much slower phenomenon in early times than it has been more recently. Most known cultural changes follow this pattern».
- <sup>8</sup> «over most of human history there has been an equilibrium situation».
- <sup>9</sup> «language is an adaptation for sharing information».
- <sup>10</sup> «A language does not exist in a vacuum but is the means for communication within a group of people [...] An integrated theory of language development must pay attention to the way of life of the group».
- <sup>11</sup> «la lingua no se diferencia en su "vivir" de los otros aspectos de la cultura».
- <sup>12</sup> «A number of constructions, all containing the \**pyǎi* [...] morpheme, appear [...] to communicate feelings».
- <sup>13</sup> «la lingua è espressione del pensiero e del costume [...] non può intendere i problemi della lingua chi non intenda i problemi del pensiero e del costume».
- <sup>14</sup> «Language, a historical reality, can never be grasped without a deep understanding of history and of the changes of human conceptions throughout time».
- <sup>15</sup> «Language [...] does not follow dry, abstract, philosophic logic; it rather reflects the sentimental, poetic and emotive part of the soul. It can be interpreted through psychology, not through logic. It has its sources much more in the subconscious, irrational, childish and poetic section of our psyche, than in the logic, rational, conscious and philosophical one».

- <sup>16</sup> «better simply to qualify it by using the phrase *Atlantic Celtic*. This will distinguish it, conceptually, from the language which is generally assumed to have been spoken by the historical Celts whose migrations were recorded by the classical writers. The suggestion takes with it no implication that the two languages were different».
- <sup>17</sup> «ancestors of the great majority of modern, extant lineages entered Europe during the Upper Paleolithic [...] the major extant lineages throughout Europe predate the Neolithic [...] the spread of agriculture was a substantially indigenous development accompanied by only a relatively minor component of contemporary Middle Eastern agriculturalists».
- <sup>18</sup> «les ancêtres maternelles de la majorité des Européens modernes vivaient déjà en Europe bien avant l'introduction de l'agriculture».
- <sup>19</sup> «abandonner l'idée d'un remplacement massif des chasseurs-cueilleurs par les agriculteurs, pour conclure à une forte continuité depuis le Paléolithique».
- <sup>20</sup> «Le gros du pool génétique des Européens modernes nous venait des chasseurs-cueilleurs du Paléolithique».
- <sup>21</sup> «first Neolithic farmers did not have a strong genetic influence on modern European female lineages».
- <sup>22</sup> «modern Europeans therefore do not appear to be maternally descended from the first farmers [...] once the technique had taken root, the surrounding hunter-gatherers adopted the new culture and then outnumbered the original farmers».
- <sup>23</sup> «reconstruction of fairly remote proto-languages is certainly easiest when the number of descendants is large, as is the case with such well-known families as Indo-European (at least 140 languages) [...] and Austronesian (about 1,000 languages). The conservativeness of a good many Austronesian languages is such that, if they were to change no more over the next 5,000 years than they have in the past 5,000 or so, their genetic relatedness would still be obvious, some 10,000 years after their divergence».
- <sup>24</sup> «i fossili linguistici più importanti, quelli che permettono estrapolazioni cronologiche di notevole portata, si ritrovano nei dialetti molto più che non nelle lingue scritte, anche antiche».
- <sup>25</sup> «otra de las razones por las que la Lingüística histórica y especialmente la reconstructiva debe atender preferentemente a los dialectos y no tanto a las *reprimidas* lenguas es la posibilidad de encontrar en ellas registros, fases o estadios lingüísticos más arcaicos».
- <sup>26</sup> «lo hacía a fuego y espada en superinvasiones por... *oleadas*; mientras los demás grandes grupos lingüísticos se originaron en difusos territorios, los indoeuropeos procedían de un tan preciso *hogar ancestral* o, más pomposamente, *Urheimat* que ya apenas sólo nos hace falta saber su código postal».
- <sup>27</sup> «Podría valer como axioma que el indoeuropeo no puede haber tenido propiedades que no figuren en ninguna lengua de la tierra».

- <sup>28</sup> «il est difficile de s'imaginer qu'à l'époque préhistorique des changements se soient produits qui n'aient jamais eu lieu à l'époque historique».
- <sup>29</sup> «à l'ancienne coutume de porter des plateaux dans les lèvres».
- <sup>30</sup> «No segment type ought to be reconstructed for a protolanguage that does not occur in at least one descendant language».
- <sup>31</sup> «The rarer a segment type is cross-linguistically, the more evidence we need to reconstruct it: unless it's widely distributed either in the family concerned, or in the geographical area where the language is spoken».
- <sup>32</sup> «come se un convinto evoluzionista dovesse spiegare l'origine comune di tre specie come l'uomo, il pesce e il cavallo nel giro di un'unica generazione. La risposta coerente non può che essere questa: padre centauro e madre sirena. Coerente sì, ma reale?».

## Referências bibliográficas

- Adams, Jonathan & Otte, Marcel, «Did Indo-European Languages Spread Before Farming?», *Current Anthropology* 40 (1999) 73–7.
- Alinei, Mario, *Origini delle lingue d'Europa. I. La Teoria della Continuità*, Il Mulino, Bologna 1996. *Origini delle lingue d'Europa. II. Continuità dal Mesolitico all'età del Ferro nelle principali aree etnolinguistiche*, Il Mulino, Bologna 2000a. «An Alternative Model for the Origins of European Peoples and Languages: The Continuity Theory», *Quaderni di Semantica* 21 (2000b) 21–50. «Conseguenze delle nuove teorie indoeuropeistiche sulla dialettologia romanza», *Estudis Romànics* 23 (2001) 7–47. «Linguistica storica e reificazione del linguaggio. In margine a un articolo–recensione di Adiego», *Estudis Romànics* 26 (2004) 201–15. *A Teoria da Continuidade Paleolítica das Origens Indo-Europeias: Uma Introdução*, trad. G. Morais, Apenas Livros, Lisboa 2008.
- Alinei, Mario & Benozzo, Francesco, *Alguns Aspectos da Teoria da Continuidade Paleolítica Aplicada à Região Galega*, trad. G. Morais, Apenas Livros, Lisboa 2008. *Origens Célticas e Atlânticas do Megalitismo Europeu*, trad. G. Morais, Apenas Livros, Lisboa 2009.
- Balter, Michael, «Ancient DNA Yields Clues to the Puzzle of European Origins», *Science* 310 (2005) 964–5.
- Benozzo, Francesco, «Alcune considerazioni sull'aspirazione di /s/ nei dialetti lombardi orientali: per un approfondimento alpino della Paleolithic Continuity Theory», *Quaderni di Semantica* 52.2 (2004) 243–53. «Origini delle letterature d'Europa», *Quaderni di Semantica* 53/54.1/2 (2006) 31–50. «Lepri che volano, carri miracolosi, padelle come tamburi: una tradizione etnolinguistica preistorica in area emiliana», *Quaderni di Semantica* 57.1 (2008) 163–82.
- Bonfante, Giuliano, *Scritti scelti di Giuliano Bonfante. I Metodologia e indoeuropeo*, R. Gendre cur., Edizioni dell'Orso, Turín 1986.
- Brown, Lea, «Nias», A. Adelaar & N.P. Himmelman edd., *The Austronesian Languages of Asia and Madagascar*, Routledge, Londres–N. York 2005, 562–89.
- Cavalli-Sforza, Luigi Luca, *Genes, pueblos y lenguas*, trad. J. Vivanco, Crítica, Barcelona 1997.
- Cavazza, Franco, *Lezioni di indoeuropeistica con particolare riguardo alle lingue classiche (sanscrito, greco, latino, gotico) I*, Edizioni ETS, Pisa 2001.
- Cohen, Elisa, «El Elemento Sefardí en el Español de Tucumán (Fonética y Léxico)», *Quaderns de Filologia. Estudis Lingüístics IV* (1999) 69–83.
- Costa, Gabriele, *Le Origini della Lingua Poetica Indoeuropea. Voce, coscienza e transizione neolitica*, Leo. S. Olschki Editore, Florencia 1998. *Sulla preistoria della tradizione poetica italica*, Leo. S. Olschki Editore, Florencia 2000. *Continuidade e Identidade na Pré-História Indo-Europeia: para Um Novo Paradigma*, trad. J. Colaço, Apenas Livros, Lisboa 2008.

- Cunha, Celso & Cintra, Luís F. Lindley, *Breve Gramática do Português Contemporâneo*, Edições João Sá da Costa, Lisboa 1991a.
- Cunliffe, Barry, *Facing the Ocean: the Atlantic and its Peoples, 8000 BC–AD 1500*, Oxford University Press, Oxford 2004.
- Darwin, Charles, *El Origen de las Especies*, introd. R.E. Leakey, trad. J. Ros, Ediciones del Serbal, Barcelona 1983.
- Devoto, Giacomo, «Il Latino di Roma», *Popoli e civiltà dell'Italia antica*, A.L. Prosdocimi cur., VI. *Lingue e Dialetti*, Edizioni di Storia Patria, Roma 1978, 471–85.
- Dixon, Robert M.W., *The Rise and Fall of Languages*, Cambridge University Press, Cambridge 1997.
- Dixon, Robert M.W. & Aikhenvald, Alexandra Y., «Introduction», R.M.W. Dixon & A.Y. Aikhenvald ed., *The Amazonian Languages*, Cambridge University Press, Cambridge 1999, 1–21.
- Green, Roger & Pawley, Andrew, «Early Oceanic architectural forms and settlement patterns: linguistic, archaeological and ethnological perspectives», R. Blench & M. Spriggs ed., *Archaeology and Language III. Artefacts, Languages and Texts*, Routledge, Londres–N. York 1999, 31–89.
- Haak, Wolfgang & Forster, Peter & Bramanti, Barbara & alii, «Ancient DNA from the First European Farmers in 7500-Year-Old Neolithic Sites», *Science* 310 (2005) 1016–8.
- Häusler, Alexander, «Invasionen aus den nordpontischen Steppen nach Mitteleuropa im Neolithikum und in der Bronzezeit: Realität oder Phantasieprodukt?», *Archäoleogische Informationen* 19 (1996) 75–88. «Zum Ursprung der Indogermanen. Archäologische, anthropologische und sprachwissenschaftliche Gesichtspunkte», *Ethnographisch–Archäoleogische Zeitschrift* 39 (1998) 1–46.
- Hayward, Richard J, «Afroasiatic», Heine & D. Nurse ed., *African Languages. An Introduction*, Cambridge University Press, Cambridge 2000, 74–97.
- Jakobson, Roman, *Ensayos de lingüística general*, trad. J.M. Pujol & J. Cabanes, Editorial Ariel, Barcelona 1984.
- Jakobson, Roman & Waugh, Linda, *La charpente phonique du langage*, trad. A. Kihm, Les Éditions de Minuit, Paris 1980.
- Jensen, Cheryl, «Tupí-Guaraní», R.M.W. Dixon & A.Y. Aikhenvald ed., *The Amazonian Languages*, Cambridge University Press, Cambridge 1999, 125–63.
- Justes, Rosa & Vázquez, Jesús, «Contribución al vocabulario de animales y plantas de Rodellar (Huesca)», *Archivo de Filología Aragonesa* 36–37 (1985) 63–112.
- Krantz, Grover S., *Geographical Development of European Languages*, Peter Lang, N. York 1988.
- Kühn, Herbert, «Herkunft und Heimat der Indogermanen», *Proceedings of the First International Congress of Prehistory and Protohistoric Sciences*, Oxford University Press, Oxford 1934, 237–42.



- Lass, Roger, *Historical linguistics and language change*, Cambridge University Press, Cambridge 1997.
- Mańczak, Witold, «Origine de l'imparfait latin en *-bam*», *Eos* 83 (1995) 109-13.
- Mithun, Marianne, *The Languages of Native North America*, Cambridge University Press, Cambridge 2001 [= 1999].
- Morais, Gabriela, *A Genética e a Teoria da Continuidade Paleolítica Aplicadas à Lenda da Fundação de Portugal, Irlanda e Escócia*, Apenas Livros, Lisboa 2008.
- Mott, Brian, *El habla de Gistaín*, Excma. Diputación Provincial de Huesca, Huesca 1989.
- Munteanu, Dan, *El Papiamento, Lengua Criolla Hispánica*, Gredos, Madrid 1996.
- Otte, Marcel, «The diffusion of modern languages in prehistoric Eurasia», R. Blench & M. Spriggs edd., *Archaeology and Language I. Theoretical and Methodological Orientations*, Routledge, Londres-N. York 1997, 74-81. «Prehistory of the Europeans: a Comment on Cavalli-Sforza», *Journal of Anthropological Research* 54 (1998) 401-5. «The History of European Populations as seen by Archaeology», C. Renfrew & K. Boyle edd., *Archaeogenetics: DNA and the Population Prehistory of Europe*, McDonald Institute Monographs, Cambridge 2000, 41-4.
- Pallarés, Matías, «Vocabulari de Penarroja (Baix Aragó)», *Archivo de Filología Aragonesa* 30-31 (1982) 321-4.
- Palmer, Gary B., *Lingüística cultural*, trad. E. Bernárdez, Alianza Editorial, Madrid 2000.
- Pinker, Steven, «The Evolution of the Human Language Faculty», N.G. Jablonski & L.C. Aiello edd., *The Origin and Diversification of Language*, The California Academy of Sciences, San Francisco 1998, 117-26.
- Poghirc, Cicerone, «Pour une concordance fonctionnelle et chronologique entre linguistique, archéologie et anthropologie dans le domaine indo-européen», R. Beekes & A. Lubotsky & J. Weitenberg edd., *Rekonstruktion und relative Chronologie. Akten der VII. Fachtagung der Indogermanischen Gesellschaft*, Institut für Sprachwissenschaft der Universität Innsbruck, Innsbruck 1992, 321-33.
- Renfrew, Colin, *Arqueología y Lenguaje. La cuestión de los orígenes indoeuropeos*, trad. M.J. Aubet, Editorial Crítica, Barcelona 1990.
- Richards, Martin & Côrte-Real, Helena & Forster, Peter & alii, «Paleolithic and Neolithic Lineages in the European Mitochondrial», *American Journal of Human Genetics* 59 (1996) 185-203.
- Richards, Martin & Macauley, Vincent & Hickey, Eileen & alii, «Tracing European Founder Lineages in the Near Eastern mtDNA Pool», *American Journal of Human Genetics* 67 (2000) 1251-76.
- Rohlf, Gerhard, «Dialectos del Pirineo aragonés (semejanzas y diferencias)», *Archivo de Filología Aragonesa* 34-35 (1984) 215-27.
- Semino, Ornella & Passarino, Giuseppe & Oefner, Peter J. & alii, «The Genetic

- Legacy of Paleolithic *Homo sapiens sapiens* in Extant Europeans: a Y Chromosome Perspective», *Science* 290.10 (2000) 1155–9.
- Sykes, Bryan, *Les sept filles d'Eve. Génétique et histoire de nos origines*, trad. P.E. Dauzat, Éditions Albin Michel, Paris 2001.
- Szemerényi, Oswald, *Introducción a la Lingüística Comparativa*, trad. A. Álvarez, Gredos, Madrid 1987 reimpr.
- Tovar, Antonio, *Estudios de Tipología Lingüística*, Istmo, Madrid 1997.
- Trubetskoi, Nikolai S., «Gedanken über das Indogermanischen», *Acta Linguistica* 1 (1939) 81–9.
- Vázquez Obrador Jesús, «Toponimia de Rodellar», *Archivo de Filología Aragonesa* 36–37 (1985) 623–65.
- Villar, Francisco [& Prósper, Blanca M<sup>a</sup>], *Vascos, celtas e indoeuropeos. Genes y lenguas*, Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca 2005.

## ÍNDICE

- consequências devastadoras, 3
- um paciente inglês, 5
- 10 000 milhões de quadrilhões, 8
- ecologia das mudanças linguísticas, 10
- não o homem a partir da língua, mas a língua a partir do homem, 13
- surpresas descomuns, 15
- provavelmente o fenômeno linguístico mais importante, 18
- paleolítica é a hipótese, 20
- uma proposta ainda *in fieri*, 22
- houve uma forte continuidade, 25
- quadro mais complexo, 27
- a fórmula austronésica, 29
- algo se passa com o indo-europeu, 31
- parada de monstros, 34
- notas, 36
- referências bibliográficas, 39

